



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING ELETRÔNICO

20/11/2010



INDICE

1. JORNAL A TARDE	
1.1. CASA DA JUSTIÇA E CIDADANIA.....	1 - 2
1.2. COMARCAS.....	3 - 4
1.3. TRIBUNAL DO JÚRI.....	5 - 6
2. JORNAL AQUI	
2.1. CARTÓRIOS.....	7 - 9
2.2. CASA DA JUSTIÇA E CIDADANIA.....	10
2.3. TRIBUNAL DO JÚRI.....	11
3. JORNAL CORREIO DE NOTICIAS	
3.1. DESEMBARGADORES.....	12
3.2. TRIBUNAL DO JÚRI.....	13
4. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
4.1. CARTÓRIOS.....	14 - 15
4.2. CASA DA JUSTIÇA E CIDADANIA.....	16
4.3. COMARCAS.....	17
4.4. INSTITUCIONAL.....	18
4.5. PRISÃO.....	19 - 21
4.6. SISTEMA CARCERÁRIO.....	22 - 24
5. JORNAL O DEBATE	
5.1. FORAGIDOS.....	25
5.2. TRIBUNAL DO JÚRI.....	26 - 27
6. JORNAL O IMPARCIAL	
6.1. CÂMARA CÍVEL.....	28
6.2. INSTITUCIONAL.....	29
6.3. PRISÃO.....	30 - 32
6.4. SISTEMA CARCERÁRIO.....	33 - 35
7. JORNAL PEQUENO	
7.1. AVISO.....	36
7.2. CARTÓRIOS.....	37 - 38
7.3. CASA DA JUSTIÇA E CIDADANIA.....	39 - 41
7.4. COMARCAS.....	42
7.5. CÂMARA CÍVEL.....	43
7.6. INSTITUCIONAL.....	44 - 47
7.7. PRISÃO.....	48
7.8. SISTEMA CARCERÁRIO.....	49 - 54
8. JORNAL TRIBUNA DO NORDESTE	
8.1. DESEMBARGADORES.....	55
8.2. SISTEMA CARCERÁRIO.....	56 - 59

CASA DA JUSTIÇA UNIVERSITÁRIA

Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) e a Universidade Federal do Maranhão (UFMA) firmaram parceria para permitir a implantação da Casa da Justiça Universitária. A ordem de execução da obra foi assinada ontem (19/11), no campus do Bacanga, pelo reitor Natalino Salgado e pelo desembargador Lourival Serejo (representando o TJMA). Na ocasião, ambos descerraram a placa inicial da construção. O projeto abrigará 05 varas cíveis, 05 criminais, salas de conciliação, protocolo descentralizado, terminais de consultas processuais on-line, biblioteca, auditórios, além de espaços para o Ministério Público, Defensoria Pública, Ordem dos Advogados do Brasil e estacionamento.

Parceria entre TJMA e UFMA viabiliza implantação da Casa da Justiça

Uma parceria entre o Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) e a Universidade Federal do Maranhão (UFMA) vai permitir a implantação da Casa da Justiça Universitária. A ordem de execução da obra foi assinada nesta sexta-feira, 19, no campus do Bacanga, pelo reitor Natalino Salgado e pelo desembargador Lourival Serejo (representando o presidente do TJMA, Jamil Gedeon), que também descerraram a placa inicial da construção. De acordo com o projeto, a unidade ocupará uma área de aproximadamente 2.200m² onde serão abrigadas 5 varas cíveis, 5 criminais, salas de conciliação, protocolo descentralizado, terminais de consultas processuais on-line, biblioteca, auditórios, além de espaços para o Ministério Público, Defensoria Pública, Ordem dos Advogados do Brasil e estacionamento.



➡ **Autoridades descerrando a placa**

OLINDA NOVA DE COMARCA NOVA

O Poder Judiciário instalou ontem (19/11), a comarca de Olinda Nova do Maranhão.

Os serviços judiciários vão funcionar no Fórum “Astolfo Henrique de Barros Serra”, na Praça Benício Costa, s/nº. Centro. O fórum conta com Salão do Júri, estacionamento, salas para juiz, assessores, oficiais de Justiça, FERJ e para os membros da Ordem dos Advogados e do Ministério Público. O prédio recebeu o nome do escritor matinhense que foi ministro do Tribunal Superior do Trabalho e governador interventor. A juíza Edilza Barros, diretora do fórum da comarca de Matinha, vai responder temporariamente pela nova comarca, que recebeu 409 processos, sendo 237 cíveis, 97 criminais e 75 de juizado especial. Tomara que com a mudança os processos sejam agilizados e solucionados em menor prazo.

Suspeita de fraudes leva corregedor a autorizar correição em cartórios

A suspeita de fraude gigantesca em registros civis, registros de imóveis e outros documentos cartórios vai desencadear atos de correição extraordinária em serventias extrajudiciais de pelo menos dez municípios, da Baixada ao Sul do Estado.

O trabalho da força-tarefa foi autorizado pelo corregedor-geral da Justiça, Antonio Guerreiro Júnior, que pediu ajuda da Polícia Federal e seus agentes para acompanhamento e suporte operacional a técnicos da Corregedoria. Em vários cartórios, o órgão parte para segunda correição este ano.

Por medida de segurança da equipe e sucesso da operação, não serão divulgados o início da investigação e as serventias fiscalizadas. É certo que a correição alcançará os cartórios de Montes Altos e, ainda, de Anapurus e de Brejo.

Em Montes Altos, a juíza Ana Lucrecia Bezerra Reis Sodré afastou o titular do cartório, Antônio Gomes de Souza Neto, por irregularidades. A

medida foi seqüenciada pela abertura de Processo Administrativo Disciplinar.

Correição naquele cartório, em outubro, feita pela Corregedoria, detectou registros imobiliários indevidos, livros sem lançamentos e outros sem a assinatura dos responsáveis pelos registros lançados. A lista de desvios é enorme. Ana Lucrecia solicitou ao corregedor inspeção mais apurada na serventia extrajudicial. O Ministério Público estadual está ciente dos fatos.

"Nos cartórios a serem investigados há fortes indícios de que o esquema de documentos falsos nos cartórios possa ter gerado enriquecimento ilícito a partir de aposentadorias fictícias conseguidas junto ao INSS", comenta Guerreiro Júnior.

Afastamento de registradores - O corregedor-geral da Justiça determinou na quarta-feira, 17, a instauração de procedimento administrativo disciplinar contra os oficiais registradores do 1º Ofício

de Registro Imobiliário e Tabelionato de Brejo e do Ofício Único de Registro e Tabelionato de Notas de Anapurus. A decisão foi seguida da nomeação de interventores para as serventias.

Na decisão, Guerreiro Júnior manda encaminhar cópia dos autos ao Ministério Público nas duas comarcas para apuração de responsabilidade criminal, "considerando a gravidade dos fatos imputados aos registradores".

Acusados de homicídios vão a júri na 3ª vara de Pedreiras na próxima semana

Presididos pelo titular da vara, juiz Cristóvão Sousa Barros, os julgamentos acontecem nos dias 22, 23 e 24, no Salão do Júri do Fórum da comarca (22 e 23) e na Câmara Municipal de Lima Campos (dia 23).

No primeiro júri, na segunda-feira, 22, quem sobe ao banco dos réus é Francisco de Sousa Ferreira, o "Panteira", que responde pela morte de Lourenço Monteiro de Carvalho.

De acordo com a denúncia, o crime ocorreu no dia 14 de outubro de 2006, no bairro Engenho. Ainda de acordo com a denúncia, o réu teria atingido a vítima com um pedaço de madeira, provocando em Lourenço traumatismo crâneo-encefálico.

Já no dia 23, o réu Antonio Cícero França Resende, o "Miúdo", será julgado pelo homicídio de Tiodoro Martins dos Anjos. De acordo com o processo, o crime teria ocorrido no dia 22 de novembro de 2009, por volta das 13

horas, no bairro Diogo, quando o réu teria causado lesões corporais na vítima, causando-lhe a morte.

No júri da quarta-feira, 24, Iscleby Leite Azevedo, o "Cabeludo", será julgado pela morte de Hélio Flávio Vieira de Silva, vulgo "Joãozinho". Consta do processo que o crime teria ocorrido no dia 10 de fevereiro de 2004, em um bar no povoado Bom Jesus (Lima Campos), por volta das 15 horas.

O motivo seria uma discussão travada entre vítima e réu, seguida de luta corporal, quando Iscleby teria sacado uma faca com a qual feriu Hélio Flávio.

Atingida na cabeça, a vítima teria tentado fugir, correndo, mas foi perseguida por Iscleby, que desferiu na mesma mais golpes de faca que causaram a morte de Hélio Flávio.

O processo em julgamento compõe a pauta da chamada Meta 2 do Conselho Nacional de Justiça.

Acusado de assassinato é condenado em Montes Altos a quatro anos

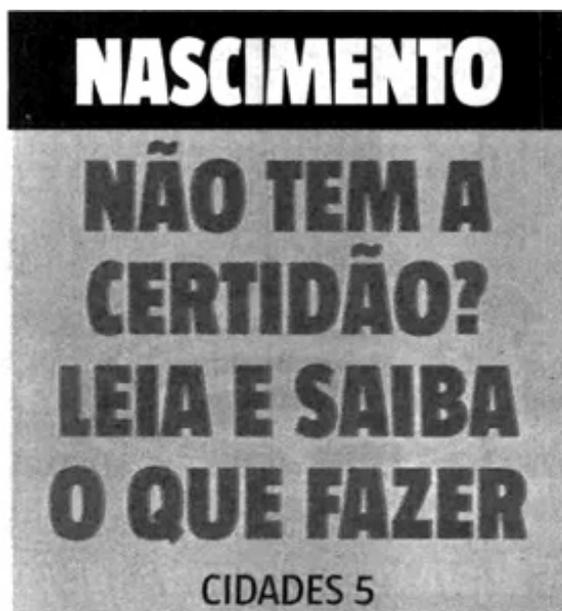
Em júri realizado em Montes Altos, Deusdeth Luz da Silva foi condenado a quatro anos e nove meses de prisão. O réu era acusado do assassinato de José Gleydimar Santos e deve cumprir a pena em regime semi-aberto, inicialmente, na Penitenciária de Pedrinhas, em São Luis. O tribunal do júri foi presidido pela juíza titular da comarca, Ana Lucrecia Bezerra Sodré Reis.

Segundo o processo, o crime aconteceu em 27 de julho de 1999, durante os festejos de

Santa Ana, na localidade Sítio Novo, povoado de Montes Altos, quando Deusdeth Silva tentou apartar briga entre José Gleydimar e um amigo.

Na sentença, o homicídio de Deusdeth foi classificado como "privilegiado", ou seja, quando praticado sob forte emoção ou sob provocação intensa da vítima.

Por encontrar-se foragido, Deusdeth perdeu o direito de apelar em liberdade e, por isso, teve sua prisão preventiva decretada pela justiça.

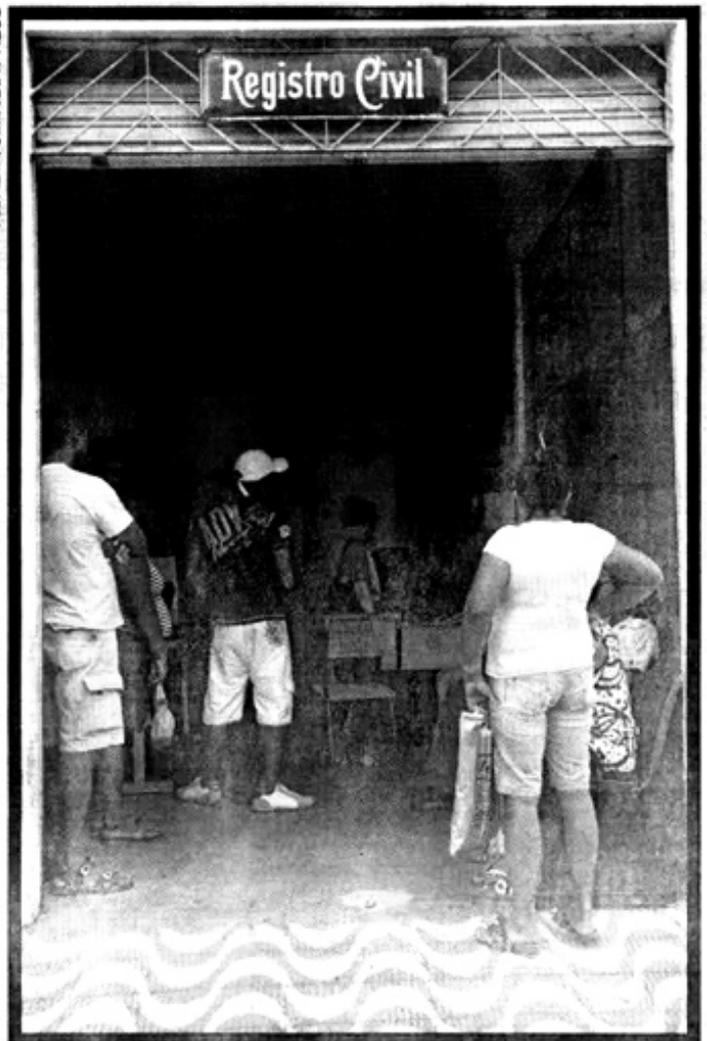


► **CIDADANIA**

REGISTRO AVANÇA

A.BAETA/IMP/D.A.PRESS

Número de crianças que nascem e os pais não conseguem a certidão de nascimento cai no Maranhão. Se você ou seu filho não tem o documento, saiba o que fazer



ROSANA CARNEIRO

Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apontam que o número de pessoas sem certidão de nascimento tem diminuído a cada ano no estado. O registro é necessário para o exercício dos direitos civis, econômicos, políticos e sociais. Políticas públicas, campanhas e a criação de espaços da cidadania nos hospitais vêm assegurando que todos os maranhenses tirem a certidão de nascimento.

Os indicadores de sub-registro que correspondem às pessoas nascidas vivas e não registradas no mesmo ano, apontam queda satisfatória. Em 1998, o percentual de pessoas registradas fora do tempo próprio foi de 81,1%, em 2003, de 44%, tendo diminuído quase a metade. Em 2008, o número esteve na casa de 8,9% e agora, em 2009, a taxa foi de 8,2%.

O chefe da divisão das serventias extrajudiciais (DSE), da Corregedoria Geral

de Justiça, Acayane Santos, disse que o resultado se justifica principalmente devido à criação de postos de emissão de registro dentro dos hospitais chamados espaços da cidadania. "Essa ação foi de extrema importância, pois antes mesmo de sair da unidade de saúde a criança já está certificada de que terá os direitos garantidos como estudo, atenção médica e outros", afirmou.

"Estamos trabalhando para que a cada dia esse percentual seja menor. A proposta é que sejam criados mais espaços da cidadania principalmente no interior do estado, onde as dificuldades são maiores", complementou Acayane, enfatizando que até o fim do ano o site da Corregedoria Geral de Justiça pretende lançar um link, no qual o cidadão poderá tirar dúvidas, fazer denúncia e contar com informações importantes.

Os telefones (98) 3221-8556 e 3221-8505 também servem para reclamação, informação e denúncia.

ONDE TIRAR A CERTIDÃO DE NASCIMENTO?

Em um Cartório de Registro Civil de Pessoas Naturais. Algumas maternidades também oferecem o serviço.

Documentos necessários?

Se os pais são casados, apenas um deles precisa comparecer ao cartório e apresentar:

1. A via amarela da Declaração de Nascido Vivo (DNV), fornecida pelo hospital ou maternidade;
2. Certidão de casamento, um documento de identificação, como RG ou Certidão de Nascimento (caso não tenham, é necessário que providenciem para depois registrarem o filho)
3. Se os pais não são casados, o pai deve comparecer ao cartório, acompanhado ou não da mãe com: a via amarela da DNV, um documento de identificação.
4. Se a criança não nasceu em hospital em não tem a DNV, pai e mãe devem comparecer ao cartório acompanhados por duas testemunhas maiores de 18 anos que confirmem a gravidez e o parto. A certidão de nascimento é gratuita.

► UFMA

Assistência jurídica grátis para a área Itaqui-Bacanga

A agente comunitária de saúde Laura Cristin Torres, moradora do bairro Sá Viana, tenta há 25 anos conseguir o divórcio oficial do seu ex-marido. Laura Torres afirma ser a burocracia uma das maiores dificuldades que ela enfrenta. "Minha mãe chegou a dormir na porta de Defensoria Pública para conseguir documentos", disse. Por não ter como provar o divórcio, a agente diz que até mesmo para fazer inscrição no programa Minha Casa, Minha Vida, do governo federal, encontrou dificuldades. "Queriam que eu levasse documentos do meu ex-marido, mas não temos contato há mais de 25 anos", conta Laura. Como forma de

contribuir para a solução de problemas judiciais de comunidades da área Itaqui-Bacanga, a Universidade Federal do Maranhão (UFMA) inicia a construção da Casa da Justiça Universitária. O espaço servirá como extensão do curso de direito e vai oferecer serviços judiciais gratuitos, defensoria pública, salas de conciliação, emissão de documentos e certidão de óbito, além de outros serviços.

Laura Cristina Torres ao saber do projeto disse esperar a melhoria dos serviços prestados. "Isso vai facilitar muito os processos", disse. A expectativa de conclusão da Casa da Justiça é de um ano a partir de hoje.

▶ PEDREIRAS

Homicidas vão a julgamento pelo Tribunal do Júri Popular

Acusados de homicídios vão a júri na 3ª vara de Pedreiras na próxima semana. Presididos pelo titular da vara, juiz Cristóvão Sousa Barros, os julgamentos acontecem nos dias 22, 23 e 24, no Salão do Júri do Fórum da comarca (22 e 23) e na Câmara Municipal de Lima Campos (dia 23).

No primeiro júri, na segunda-feira, 22, quem sobe ao banco dos réus é Francisco de Sousa Ferreira, o "Pantera", que responde pela morte de Lourenço Monteiro de Carvalho.

De acordo com a denúncia, o crime ocorreu no dia 14 de outubro de 2006, no bairro Engenho. O réu teria atingido a vítima com um pedaço de madeira, provocando em Lourenço traumatismo crânio-encefálico.

Já no dia 23, o réu Antonio Cícero França Resende, o "Miúdo", será julgado pelo homicídio de Teodoro Martins dos Anjos. De acordo com o processo, o crime teria ocorrido no dia 22 de novembro

de 2009, por volta das 13h, no bairro Diogo, quando o réu teria causado lesões corporais na vítima, causando-lhe a morte.

No júri da quarta-feira, 24, Iscleby Leite Azevedo, o "Cabeludo", será julgado pela morte de Hélio Flávio Vieira de Silva – "Joãozinho". Consta do processo que o crime teria ocorrido no dia 10 de fevereiro de 2004, em um bar no povoado Bom Jesus, na cidade de Lima Campos, por volta das 15 horas.

O motivo seria uma discussão travada entre vítima e réu, seguida de luta corporal, quando Iscleby teria sacado uma faca com a qual feriu Hélio Flávio.

Atingida na cabeça, a vítima teria tentado fugir, correndo, mas foi perseguida por Iscleby, que desferiu-lhe mais golpes de faca que lhe causaram a morte.

O processo em julgamento compõe a pauta da chamada Meta 2 do Conselho Nacional de Justiça.

CASA DO ESCRITOR

Juristas realizam palestra na Feira do Livro

Hoje, sábado, 20, a partir das 18h, Gladston Fernandes de Araújo, Ana Luiza Almeida Ferro, Marushka de Melo e Silva estarão na Casa do Escritor, espaço da 4ª Feira do Livro de São Luís dedicada a lançamentos de autores maranhenses. Os desembargadores realizarão palestras e lançarão publicações, em encontro voltado a estudantes e profissionais da área do Direito.

Ana Luiza Almeida contará com o auxílio do pai, Wilson Pires Ferro, na palestra Crime Organizado e Organização Criminal Mundial, que será realizada às 18h. Em seguida, eles farão o lançamento do livro

Sombras da noite: contos para a juventude.

Às 19 horas, quem ocupará o Espaço é o desembargador Gladston Fernandes de Araújo, que fará uma interface entre Palestra x Tribunal do Júri: uma análise processual à luz da Constituição Federal. Fechando a noite, Marushka de Melo e Silva, às 20h. A desembargadora fará o lançamento do livro Pedras em Izkor: poesias.

Segundo Graça Sousa, coordenadora da Casa do Escritor, a presença dos desembargadores na Feira do livro tem por objetivo desmitificar a figura do desembargador. "Queremos uma aproximação maior com o público.

MONTES ALTOS

Assassino é condenado em júri popular

Em júri realizado em Montes Altos, na última terça-feira, 16, Deusdeth Luz da Silva foi condenado a 4 anos e 9 meses de prisão. O réu era acusado do assassinato de José Gleydimar Santos e deve cumprir a pena em regime semi-aberto, inicialmente, na Penitenciária de Pedrinhas, em São Luis. O tribunal do júri foi presidido pela juíza titular da comarca, Ana Lucrecia Bezerra Sodré Reis.

Segundo o processo, o crime aconteceu em 27 de julho de 1999, durante os festejos de Santa Ana, na localidade Sítio Novo, povo-

ado de Montes Altos, quando Deusdeth Silva tentou apartar briga entre José Gleydimar e um amigo.

Na sentença, o homicídio de Deusdeth foi classificado como "privilegiado", ou seja, quando praticado sob forte emoção ou sob provocação intensa da vítima.

Por encontrar-se foragido, Deusdeth perdeu o direito de apelar em liberdade e, por isso, teve sua prisão preventiva decretada pela justiça.

Trabalharam no julgamento, além da juíza, a promotora Dailma Maria de Melo Brito e o advogado de defesa Márcio Ferraz Mota.

TJ vai investigar cartórios

Força-tarefa do Tribunal de Justiça investigará, em correição extraordinária, suspeitas de fraude em registros civis, de imóveis e outros documentos em serventias extrajudiciárias de pelo menos 10 municípios do Maranhão. **Geral 5**

Corregedor autoriza correição em cartórios

Ação extraordinária da Justiça em serventias extrajudiciais será realizada em pelo menos 10 municípios do Maranhão por suspeita de irregularidades em registros

A suspeita de fraude em registros civis, registros de imóveis e outros documentos cartorários vai desencadear atos de correição extraordinária em serventias extrajudiciais de pelo menos 10 municípios do Maranhão.

O trabalho da força-tarefa foi autorizado pelo corregedor-geral da Justiça, Antonio Guerreiro Júnior, que pediu ajuda da Polícia Federal para acompanhamento e suporte operacional a técnicos da Corregedoria. Em vários cartórios, o órgão fará a segunda correição este ano.

Por medida de segurança da equipe e sucesso da operação, não serão divulgados o início da investigação e as serventias fiscalizadas. É certo de que a correição alcançará os cartórios de Montes Altos e, ainda, de Anapurus e de Brejo.

Afastamento - Em Montes Altos, a juíza Ana Lucrecia Bezerra Reis Sodré afastou o titular do cartório, Antônio Gomes de Souza Neto, por irregularidades. A medida foi seqüenciada pela abertura de Processo Administrativo Disciplinar.

Correição naquele cartório, em outubro, feita pela Corregedoria,

detectou registros imobiliários indevidos, livros sem lançamentos e outros sem a assinatura dos responsáveis pelos registros lançados. A lista de desvios é enorme. Ana Lucrecia Bezerra solicitou ao corregedor inspeção mais apurada na serventia extrajudicial. O Ministério Público estadual está ciente dos fatos.

“Nos cartórios a serem investigados há fortes indícios de que o esquema de documentos falsos nos cartórios possa ter gerado enriquecimento ilícito a partir de aposentadorias fictícias conseguidas junto ao INSS”, comenta Guerreiro Júnior.

Intervenção - O corregedor-geral da Justiça determinou, na quarta-feira, 17, a instauração de procedimento administrativo disciplinar contra os oficiais registradores do 1º Ofício de Registro Imobiliário e Tabelionato de Brejo e do Ofício Único de Registro e Tabelionato de Notas de Anapurus. A decisão foi seguida da nomeação de interventores para as serventias.

Na decisão, Guerreiro Júnior manda encaminhar cópia dos autos ao Ministério Público nas duas comarcas para apuração de responsabilidade criminal, “considerando a gravidade dos fatos imputados aos registradores”.



Guerreiro Júnior: “Há indícios de esquema nos cartórios investigados”

Pedra fundamental da Casa da Justiça Universitária é lançada

Solenidade no campus do Bacanga contou com a presença do senador Edison Lobão Filho

Foi lançada ontem a Pedra Fundamental e assinada a ordem de execução da Casa da Justiça Universitária, que será instalada na Universidade Federal do Maranhão (UFMA), no campus do Bacanga. A obra, orçada em R\$1.057.122,31, foi financiada com recursos de Emenda Parlamentar do senador Edison Lobão e da deputada federal Nice Lobão. No local, serão prestados serviços jurídicos gratuitos.

A solenidade de lançamento da Pedra Fundamental aconteceu ontem, por volta das 10h, no terreno onde será construída a Casa da Justiça. A obra já foi iniciada e terá prazo de oito meses para o término.

O projeto surgiu como uma atividade de extensão dedicada a alunos do curso de Direito em conclusão acadêmica. Eles serão apoiados por estudantes das graduações de Sociologia, Psicologia e Serviço Social e acompanhados por professores-orientadores. Mais de duzentas pessoas estarão envolvidas. "É uma conquista para todos. Os alunos poderão conciliar teoria e práti-



Flora Dolores

Autoridades descerram placa alusiva a obra iniciada no campus do Bacanga

ca", considerou Edith Ramos, chefe de departamento do curso de Direito da UFMA.

A Casa da Justiça Universitária terá um caráter cidadão, e serão oferecidos gratuitamente serviços judiciários para a comunidade Itaqui-Bacanga, servindo de suporte para juizados cíveis e criminais, Defensoria Pública e Ministério Público. "São iniciativas como essas que irão impactar todo o estado do Maranhão. Estamos gerando demanda de profissionais. Temos de continuar dando apoio a essa universidade", disse o senador Edison Lobão Filho, que foi ao local representar o pai, Edison Lobão, e a mãe, Nice Lobão.

Na estrutura de 1.200m² e 1.000m² de estacionamento, haverá salas de conciliação, protocolo descentralizado e termi-

“
A universidade está fazendo a sua prestação de contas com a sociedade"
”
Natalino Salgado, reitor da UFMA

nais de consultas processuais online. "Será um espaço de grande relevância, pois resgatará uma prática de múltiplas atividades sociais, em parceria com vários órgãos", afirma o reitor da UFMA, Natalino Salgado.

• **Instalada** ontem, pelo Tribunal de Justiça, a Comarca de Olinda Nova do Maranhão, que era termo judiciário de Matinha e foi desmembrada.

Aumento

O Pleno do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) aprovou projeto de lei proposto pelo presidente, desembargador Jamil Gedeon, que reajusta os valores remuneratórios da tabela salarial dos servidores efetivos e comissionados do Poder Judiciário estadual.

Polícia Civil prende falsos investigadores

Suspeitos faziam parte
de quadrilha que extorquia
clientes de financeiras
em São Luís. **Polícia 6**

Preso quadrilha que se passava por equipe de investigação da polícia

Fábio Muniz Aires, Carlos César Costa e Ariosto Oliveira Ferreira fingiam ser policiais da Delegacia de Defraudações. Eles utilizavam veículos semelhantes às viaturas da delegacia e extorquiam pessoas que faziam empréstimos na capital

Saulo Maclean
Da editoria de Polícia

A Polícia Civil prendeu, na manhã de ontem, três homens acusados de se passarem por investigadores da Delegacia de Defraudações de São Luís para extorquir clientes de financeiras. A quadrilha, que ainda conta com mais três pessoas - entre elas uma mulher que se apresentava como delegada da especializada -, foi desarticulada quando seguia uma vítima, na porta da agência do Banco do Bradesco, na Avenida Magalhães de Almeida.

"Já estávamos investigando o bando há três meses. O esquema dos acusados consistia em abordar pessoas acostumadas a fazer empréstimos, na capital, e roubar o dinheiro delas, afirmando serem membros da equipe de capturas da nossa delegacia. Para isso, eles alugavam carros semelhantes aos veículos usados pela nossa equipe, e como a maioria dos estelionatários já conhece nossas viaturas, eles conseguiam se passar por policiais

civis", explicou a delegada Lúcia Maria Corrêa.

Foram presos Fábio Muniz Aires, de 34 anos; Carlos César Costa, de 37 anos, e Ariosto Oliveira Ferreira, de 23. Em poder deles, a

verdadeira equipe da Delegacia de Defraudações apreendeu distintivos de detetive particular, algemas, um cassete retrátil, quatro aparelhos celulares, vários certificados de curso de tiro e inves-



Carlos César Costa, Ariosto Oliveira e Fábio Muniz presos por formação de quadrilha e extorção

Biné Moraes

Mais

Por causa da atuação dos criminosos, que trabalhavam para a Empresa Escolta, a Delegacia de Defraudações, segundo a delegada titular, precisou desfazer vários mal-entendidos na Corregedoria Geral de Justiça e na própria Superintendência de Polícia Civil da Capital (SPCC).

tigação particular, e uma pistola de brinquedo, semelhante a uma arma .40. Todos foram conduzidos para a delegacia e autuados em flagrante por extorsão e formação de quadrilha.

Conforme investigou a titular da Delegacia de Defraudações, a quadrilha costumava roubar quantia equivalente a R\$ 5 mil e R\$ 10 mil. O restante do bando, que ainda continua foragido, segundo Lúcia Maria Corrêa, também atuava no repasse de informações privilegiadas que facilitavam as abordagens, na capital, como por exemplo, indicar a data e o local em que determinados

clientes fariam os saques.

"Conseguimos prendê-los, depois de que a vítima percebeu que estava sendo seguida. Enquanto dirigia, ela entrou em contato com a polícia, que já estava monitorando o bando, e conseguiu interceptar o grupo", acrescentou a delegada, que revelou outra astúcia dos acusados. "Como se não bastasse, a quadrilha foi formada exatamente com as características da nossa equipe de policiais. Eles escolheram um homem negro, outro mais forte, tudo para confundir as vítimas", afirmou.

Além dos equipamentos, a polícia também apreendeu com os acusados um veículo Celta de cor verde. As placas não foram divulgadas por se tratar de um veículo alugado. Após prestarem depoimentos, e confessarem a atuação criminosa, os falsos policiais civis tiveram seus endereços identificados. Fábio Muniz Aires foi reconhecido como morador do Bairro de Fátima; Carlos César Costa e Ariosto Oliveira Ferreira, que são irmãos, residem na Rua Itabira, na Madre Deus.

MP entrega a deputados relatório sobre rebelião em Pedrinhas

Documento reúne detalhes das negociações durante motim, além de conter avaliações sobre as condições do Presídio São Luís

O promotor de Justiça José Cláudio Cabral Marques, assessor da Procuradoria Geral de Justiça, entregou ontem relatório sobre a rebelião ocorrida no Presídio de Segurança Máxima de Pedrinhas à comissão de deputados federais, que veio a São Luís investigar o caso. O motim aconteceu nos dias 8 e 9 de novembro e resultou na morte de 18 detentos. A comissão reúne os parlamentares Domingos Dutra (PT-MA), Geraldo Thadeu (PPS-MG), Dr. Talmir (PV-SP) e Fernando Gabeira (PV-RJ).

Representante do Ministério Público no Grupo de Monitoramento do Sistema Carcerário, e, durante o episódio, coordenador do Gabinete de Gerenciamento de Crises, Cabral relatou aos parlamentares detalhes das negociações mantidas com os detentos para a libertação dos reféns e os fatos presenciados pelas autoridades no Complexo Penitenciário de Pedrinhas.

O encontro aconteceu no gabinete do Comando Geral da Polícia Militar, no Calhau, onde seriam ouvidos quatro presos que participaram da rebelião. Os de-

putados federais, além da deputada estadual Eliziane Gama (PPS-MA), representante da Assembleia Legislativa, quiseram saber do membro do Ministério Público como a instituição tem acompanhado as condições de funcionamento do Complexo Penitenciário.

Domingos Dutra questionou se o MP faz visitas constantes ao local para conhecer de perto essa realidade. José Cláudio Cabral afirmou que é comum a ida dos promotores de Justiça da área criminal ao complexo e acrescentou que, no relatório entregue à comissão, constam inclusive proposições para solucionar os principais problemas verificados no sistema carcerário do Maranhão. Além disso, informou que, por iniciativa da procuradora-geral de Justiça, Maria de Fátima Rodrigues Travassos Cordeiro, já foi encaminhado ao Colégio de Procuradores de Justiça a proposta de criação de mais duas vagas para promotores de Execução Penal.

Tais sugestões, segundo Cabral, foram elaboradas a partir de uma série de pesquisas e le-

Divulgação



Deputados recebem relatório do Ministério Público sobre motim

vantamentos realizados pelo Projeto de Diagnóstico Organizacional do Sistema Carcerário do Estado do Maranhão.

Relatório - Entre outros pontos, o relatório detalha a criação do Gabinete de Gerenciamento de Crises, proposto pelo Ministério Público e instalado para coordenar e organizar as ações que passariam a ser desenvolvidas para o fim da rebelião. Integraram o grupo o juiz Jamil Aguiar, representantes da Secretaria de Segu-

rança Pública (SSP), Defensoria Pública, Comissão de Direitos Humanos da OAB e Sociedade Maranhense de Direitos Humanos. Do MPMA, participaram os promotores de Justiça Cláudio Cabral, Willer Siqueira, Jorge Avelar e Luiz Muniz (Grupo Estadual de Combate às Organizações Criminosas - GCOC).

O documento assinala que o MP, além da rebelião, acompanhou de perto o retorno dos presos às celas e a perícia realizada pelo Instituto Médico Legal.

Editorial

Verdades sobre Pedrinhas

Se o objetivo da viagem da Comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal ao Maranhão era verificar, de maneira isenta, a situação no Complexo Penitenciário de Pedrinhas, palco recente de uma rebelião marcada por violência e selvageria entre detentos, seus integrantes encontraram mais um caso demonstrativo da falência do sistema prisional brasileiro, exatamente pelo fato de que o presídio maranhense não é, no geral, diferente da grande maioria de outros espalhados em todo o país. E se a idéia da inspeção fora estimulada pelo viés da baixa política, o resultado foi pífio, exatamente pelo mesmo motivo.

O Complexo Penitenciário de Pedrinhas tem problemas? Tem, e muitos, a começar pela superlotação. São reais as dificuldades para manter o complexo? Sim, realíssimas, porque, afinal de contas, prisão custa dinheiro e consome uma fatia do que o contribuinte paga em impostos para ser revertido em benefício da sociedade. Há problemas judiciais que mantêm presos sentenciados além do tempo? Sim, mas não há como negar que a política de mutirões posta em prática pelo Tribunal de Justiça, pelo Ministério Público e Defensoria Pública reduziu radicalmente as influências desse fator na superpopulação carcerária. São precárias as condições gerais no complexo penitenciário? Sim, mas não há como negar que aos poucos a situação tende a melhorar.

Todas as indagações acima foram de alguma maneira feitas por membros da Comissão de Direitos Humanos a autori-

Se há politicalha por trás disso, cedo ou tarde a verdade ganhará forma, conteúdo e nome ou nomes

dades maranhenses, que responderam na linha das informações elencadas. E o que aconteceu? A realidade exposta pelo secretário estadual de Segurança Pública, Aluísio Mendes, foi grosso modo confirmada por representantes do Judiciário,

do Ministério Público e da OAB, que vêm acompanhando de perto a vida e os problemas no Complexo Penitenciário de Pedrinhas.

E no que diz respeito à última rebelião e seu brutal des-

dobramento, todos concordaram que, primeiro, não havia uma situação grave que desse origem a um clima de tensão; e, segundo, nada justificaria a selvageria com que os presidiários rebelados se conflitaram numa guerra sem sentido que resultou no assassinato brutal de 18 dos cerca de 400 rebelados. Vale anotar que no primeiro ato, que resultou em 16 mortes, com três decapitações, a Polícia não disparou um só tiro, porque quando a rebelião propriamente dita veio à tona, os assassinatos já haviam sido praticados. E último detalhe espantoso: não havia uma pauta de reivindicações, e na falta dela, os facínoras que comandaram a chacina inventaram a tal falta de água, o que não convenceu a ninguém.

Todas as informações consolidadas e repassadas aos membros da Comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal levaram à mesma suspeita levantada pela Polícia no dia da rebelião: ela foi tramada fora de Pedrinhas por quem está interessado em desestabilizar o Sistema de Segurança Pública. Se há politicalha por trás disso, cedo ou tarde a verdade ganhará forma, conteúdo e nome ou nomes.

■ Filho do Padre

Fernando Castelo Branco, conhecido como "Filho do Padre", foi preso, mais uma vez, por determinação judicial. Agentes da Polícia Interestadual do Maranhão (Polinter-MA) o encontraram no Residencial Turu, na noite dessa quinta-feira (18). De acordo com informações da imprensa, a prisão de Fernando Castelo Branco foi expedida pela 9ª Vara Criminal de São Luís.

FORAGIDO É CONDENADO POR HOMICÍDIO EM MONTES ALTOS

O réu era acusado de assassinar José Gleydimar Santos e deve cumprir a pena em regime semi-aberto, inicialmente, na Penitenciária de Pedrinhas, em São Luis.
(Página 07)

JUSTIÇA

Foragido é condenado há quatro anos por homicídio

Em júri realizado no município de Montes Altos, na última terça-feira (16), Deusdeth Luz da Silva foi condenado a quatro anos e nove meses de prisão. O réu era acusado de assassinar José Gleydimar Santos e deve cumprir a pena em regime semi-aberto, inicialmente, na Penitenciária de Pedrinhas, em São Luis.

O Tribunal do Júri foi presidido pela juíza titular da comarca, Ana Lucrecia Bezerra Sodré Reis. Segundo o processo, o crime aconteceu em 27 de julho de 1999, durante os festejos de Santa Ana, em Sítio Novo,

no povoado de Montes Altos, quando Deusdeth Silva tentou apartar briga entre José Gleydimar e um amigo.

Na sentença, o homicídio de Deusdeth foi classificado como "privilegiado", ou seja, quando praticado sob forte emoção ou sob provocação intensa da vítima. Por encontrar-se foragido, Deusdeth perdeu o direito de apelar em liberdade e, por isso, teve sua prisão preventiva decretada pela Justiça. Trabalharam no julgamento, além da juíza, a promotora Dailma Maria de Melo Brito e o advogado de defesa Márcio Ferraz Mota.

MATÉRIA RELEVANTE (1)

O Tribunal de Justiça do Maranhão decidiu ontem pela manutenção no arquivo do sítio de notícias UOL matéria jornalística em 2003, noticiando a prisão de uma pessoa acusada de estelionato. O desembargador Cleones Cunha, relator da matéria, revogou a decisão do juiz de Ribamar, que havia mandado retirar o texto do arquivo.

MATÉRIA RELEVANTE (2)

O autor pediu pagamento por danos morais e materiais, depois de haver sido inocentado no decorrer do processo. Cleones entendeu que o portal não pode ser responsabilizado, pelo simples fato de publicar informações de relevante interesse público e com fatos reais apurados. “A atividade jornalística deve ser livre para informar à sociedade acerca de fatos cotidianos, em observância ao princípio constitucional do Estado Democrático de Direito”, observou.

SENTENÇAS ENXUTAS (1)

O desembargador Marcelo Carvalho Silva, do TJ-MA, quer limitar as decisões judiciais (lato sensu) a no máximo dez laudas – incluindo petições, sentenças e acórdãos. Com a proposta, ele pretende dar nova dinâmica à magistratura estadual de 1º e 2º graus. A ideia tem por foco adequar as manifestações dos que intervêm no processo a documento que não se estenda além do necessário e razoável.

SENTENÇAS ENXUTAS (2)

O magistrado pretende apresentar o projeto ao Tribunal de Justiça, na próxima sessão plenária administrativa. Marcelo quer pôr fim aos textos prolixos, cheios de floreios, citações desnecessárias e fazer com que os magistrados façam como se faz no jornalismo: texto denso, sem as massantes “teses” sustentadas em macarrônicos jurídicos.

POLÍCIA FALSA



A POLÍCIA PRENDEU ONTEM ARIOSTON OLIVEIRA FERREIRA, 34 ANOS, CARLOS CESAR COSTA, 37 ANOS, E FÁBIO MUNIZ AIRES, 34 ANOS (QUE NÃO FOI AUTUADO EM FLAGRANTE). ELES SÃO ACUSADOS DE SE FAZEREM PASSAR POR POLICIAIS DA DELEGACIA DE DEFRAUDAÇÕES PARA EXTORQUIR, PRINCIPALMENTE, PESSOAS COM PROBLEMAS NA JUSTIÇA OU PENDÊNCIAS BANCÁRIAS. BEM ORGANIZADO, O GRUPO POSSUÍA DOCUMENTAÇÃO, DISTINTIVO, ALGEMAS, CASSETETES, COMPROVANTE DE CURSOS NA ÁREA DE INVESTIGAÇÃO E ATÉ UMA EMPRESA MONTADA QUE CAMUFLAVA O ESQUEMA. EM DEPOIMENTO PRESTADO ONTEM À TARDE, ELAS NEGARAM TUDO.

PÁGINAS 12

Disfarçados de policiais

Grupo de estelionatários possuía documentação, distintivo, comprovante de cursos na área de investigação e até empresa montada que camuflava as muitas extorsões

SANDRA VIANA

A prisão em flagrante de dois homens desarticulou uma quadrilha que se fazia passar por policiais da Delegacia de Defraudações. Um terceiro está à disposição da delegacia e deve ser reinquirido na próxima semana. O grupo, bem organizado, possuía documentação, distintivo, comprovante de cursos na área de investigação e até uma empresa montada que camuflava o esquema. O flagrante foi dado na manhã de ontem, por verdadeiros policiais da Defraudações, após denúncia de uma vítima. O alvo da quadrilha eram pessoas com problemas na justiça ou pendências bancárias, por exemplo. O mais audacioso, é que além de utilizar os nomes dos verdadeiros agentes, os membros da quadrilha recrutavam pessoas fisicamente parecidas com os policiais. Em depoimento à polícia, como era de esperar, os homens negaram tudo e disseram trabalhar como detetives e seguranças particulares. Com eles foram apreendidos identidades policiais, carteiras de investigador, cassetetes, distintivos, algemas e armas de brinquedo.

A denúncia chegou à Delegacia de Defraudações no final da manhã. A vítima, uma mulher de 24 anos, denunciou que estava sendo seguida por dois homens. A mulher trabalha em uma empresa de empréstimos no Mercado Central. Segundo ela, os homens sabiam da sua ida à agência bancária e a seguiam desde o início da manhã. A jovem os reconheceu de um incidente anterior, onde a dupla teria extorquido uma cliente da financeira. O esquema foi o mesmo: se

informaram da transação a ser feita e no dia marcado, seguiram a vítima até o banco. Na abordagem, a quadrilha intimida a vítima cobrando pagamento de cheques sem fundo ou exigindo comprovantes de quitação de pendências. Com a negativa, eles ameaçam prisão e a vítima temerosa, prefere pagar para não ser perturbado.

A Defraudações vinha investigando o caso há três meses, mas segundo a delegada Lúcia Corrêa, a quadrilha pode estar agindo há mais tempo. Com o golpe, a polícia conseguiu levantar um ganho de R\$ 22.800, extorquidos de três vítimas. Uma senhora, moradora do Anjo da Guarda, teria pagado R\$ 8 mil à quadrilha para não ser importunada por uma pendência; há dois meses, uma mulher viu o grupo levar R\$ 8 mil, sacado de empréstimo; e em outro caso, um fichado na polícia por assaltos no Anjo da Guarda teve que pagar R\$ 10 mil ao bando para não ser preso. "Eu quero que eles fiquem presos e respondam por isso. Quando soube que tinha gente se passando por nós, não acreditei. A sociedade precisava saber que na Defraudações não tem criminoso", pontuou a delegada Lúcia Corrêa.

São poucos os agentes na Defraudações e por isso, facilmente identificáveis. Segundo a delegada, por isso porém a quadrilha conhecia cada um dos policiais. Foram presos em flagrantes Carlos César Costa, 37 anos, que, segundo o inquérito policial, se fazia passar pelo agente Francisco e Ariston Oliveira Ferreira, 23 anos, que responderia a processo por furto. O terceiro envolvido Fábio Muniz Ayres, 36 anos, que usava a identidade do

policia Cleber. Fábio, que não foi atuado em flagrante, foi preso no local de trabalho, a empresa de segurança Escolta, usada pela quadrilha para a prática dos golpes, segundo o inquérito.

A polícia apreendeu ainda um crachá de uma mulher que seria a delegada do falso grupo de policiais. Ela também deve ser chamada a depor. "Fiquei surpresa quando disseram que eu estava por aí praticando extorsões", relatou a delegada. A empresa Escolta funciona no bairro Liberdade, há oito anos e recruta pessoas para atuar como seguranças e vigilantes. Fábio é funcionário da empresa e daí atribui sua ligação a Carlos César, que seria o proprietário da Escolta. Fábio disse trabalhar no local como investigador particular, mas segundo a delegada, ele seria segurança de festas. Fábio negou participação no golpe e ratificou ter curso de detetive particular. Ao ser questionado pela delegada se ele se achava policial, Fábio ficou calado. Mais quatro pessoas que se dizem vítima da quadrilha prestarão depoimento na segunda-feira. Os dois presos responderão a inquérito por crime de extorsão.



CARLOS COSTA E ARIOSTON OLIVEIRA FERREIRA: EXTORSÕES

Investigação

O advogado dos dois presos já preparou o pedido de liberdade provisória, que deve ser apresentado segunda-feira. Como argumento, o advogado disse não haver provas suficientes que incriminem Carlos César. Segundo ele, não foi comprovado que ele extorquia a vítima no momento da prisão, nem que usava seu registro de investigador para se passar por policiais. "O que se tem é uma única pessoa dizendo que viu, mas sem provas", alegou o advogado Silvio César Moraes. Quanto à Arioston Oliveira Ferreira, o advogado reconhece o processo por furto, mas, segundo informações que teve, este já teria sido excluído pela justiça. "Meu cliente já respondeu e não deve nada", reiterou.

A delegada Lúcia Correa disse ser difícil coibir golpes desta natureza, uma vez que os criminosos se articulam e se informam da ação policial. Para ela, é preciso que continue esse trabalho parceiro das polícias civil e militar. A Polícia Civil na investigação e a Polícia Militar na ação ostensiva e preventiva, segundo diz a Constituição Federal. A delegada alerta ainda para a proliferação de empresa que oferecem cursos de segurança e investigador. Segun-

do ela, essas formações não tem reconhecimento legal na justiça. Policial é quem faz concurso para tal e se prepara na academia de polícia, ressalta a delegada. Ela espera ainda que o trabalho da Defraudações não culmine em soltura dos acusados. "Sabemos que eles vão pedir a soltura, mas esperamos que a Justiça não acate. Temos provas que depõem contra eles", disse a delegada. O inquérito já foi entregue à justiça.

Recente

Este é o segundo caso de pessoas presas se passando por policiais. Um outro caso foi descoberto no início do mês. Belarmino de Jesus Ferreira Farias, 30 anos, Juraci Douglas Almeida, 32 anos, Paulo Sérgio de Jesus Paiva, 38 anos e um quarto homem, identificado como Alexandre 'Lelé' integravam uma quadrilha de falsos agentes do Serviço de Inteligência da Polícia Militar. Usando o 'disfarce' eles roubaram uma moto e celulares de um casal na Avenida Médici. A denúncia veio das próprias vítimas. A estratégia dos suspeitos era forjar algum tipo de irregularidade para assim roubar as vítimas. O grupo foi autuado em flagrante por formação de quadrilha e roubo.

COMISSÃO NÃO DESCARTA MOTIVAÇÃO POLÍTICA NA REBELIÃO EM PEDRINHAS

PÁGINA 3

Chave de cadeia

Integrantes da Comissão de Direitos Humanos deixam o estado sem conseguir apurar as causas da rebelião. Parlamentares não descartam motivação política para o motim

ALINE LOUISE

Depois de dois dias de investigação e colheita de depoimentos de pessoas envolvidas na rebelião ocorrida na semana passada no Complexo Penitenciário de Pedrinhas, os quatro deputados da Comissão de Direitos Humanos e de Segurança Pública da Câmara Federal dizem que a situação do presídio maranhense é parecida com as de outros estados do país, ouvem depoentes de outros casos de assassinato no interior do Maranhão e não chegam a conclusão definitiva sobre os motivos que geraram o motim que resultou na morte de 18 apenados. A comitiva não descarta a possibilidade de que o incidente tenha sido ocasionado por articulações políticas, mas não especificou quais seriam elas.

Ouvidos os detentos na própria penitenciária, familiares de presos e vítimas, representantes do Poder Judiciário, do Ministério Público, das polícias civil e militar, da Ordem dos Advogados do Brasil no Maranhão e o secretário de Segurança do Estado, Aluísio Mendes, a conclusão a que chegaram os quatro parlamentares federais é de que não existem fatos concretos que comprovem o verdadeiro fator que provocou a rebelião.

O presidente da Comissão, o deputado Dr. Talmir (PV-SP), disse que havia muitos problemas a serem resolvidos no sistema penitenciário

maranhense, mas que eles não são muito diferentes da realidade brasileira. "A situação é preocupante? É, sim. Mas não é diferente do que se vê em outros estados. As reclamações dos detentos daqui são as mesmas, o que mostra é que o modelo penal está falido. Como deixar aquelas pessoas ali sem fazer nada, sem visitas, sem água, sem comida digna? Esse tipo de coisa gera revolta", comentou. Talmir diz ainda que a providência a ser tomada em Brasília para a resolução do problema será apenas a elaboração de um relatório a ser enviado para o Poder Executivo Federal e para entidades latino-americanas de Direitos Humanos.

Questionado sobre a suspeita de que o motim tenha sido provocado por motivações políticas, Talmir diz que é uma hipótese bastante viável e que será levada em conta. Os parlamentares Fernando Gabeira (PV-SP) e Domingos Dutra (PT-MA) também trabalham com essa possibilidade. Gabeira diz que, mesmo após a visita da comissão, o episódio continua bastante nebuloso e torna difícil a compreensão do caso. "Existem muitas hipóteses. Todas elas levantadas por diferentes depoentes nos dois dias. Algumas cabíveis e outras nem tanto, como é o caso do que dizem ter sido um massacre de estupradores. Quando você vai procurar, nenhum dos

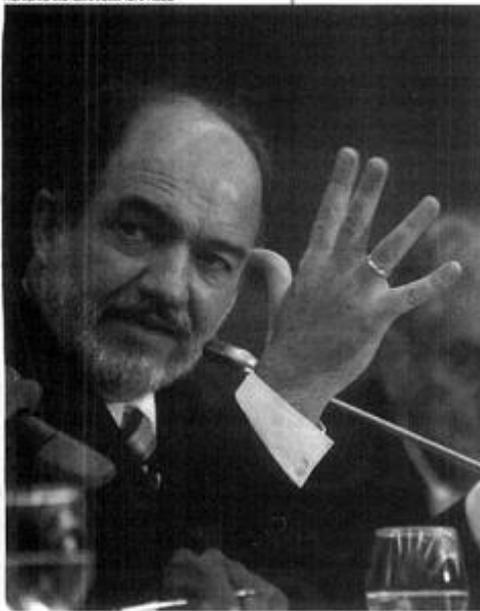
mortos foi preso por estupro. O mesmo com a possibilidade de ter sido briga entre facções da capital e da Baixada," analisou Gabeira.

Os deputados voltaram na manhã de ontem para os estados de origem sem cumprir toda a agenda. As audiências com a governadora Roseana Sarney e desembargadores do Tribunal de Justiça encarregados de assuntos penitenciários não foram realizadas. A coletiva de imprensa, também prevista para o fim da manhã, não foi realizada. Os deputados realizaram os trabalhos no Comando Geral da Polícia Militar e ouviram quatro presos deslocados de Pedrinhas para o quartel do Calhau, que foram apontados como alguns dos líderes da rebelião. Os depoimentos foram colhidos a portas fechadas. Os presos que foram ouvidos pelos parlamentares são Nelcivan Matos Gomes, Imperatriz; Fradoaldo Rocha Souza, Imperatriz; Leomar Rocha Guajajaras.

"A situação é preocupante? É, sim. Mas não é diferente do que se vê em outros estados. As reclamações dos detentos daqui são as mesmas, o que mostra é que o modelo penal está falido"

DR. TALMIR,
deputado federal (PV-SP)

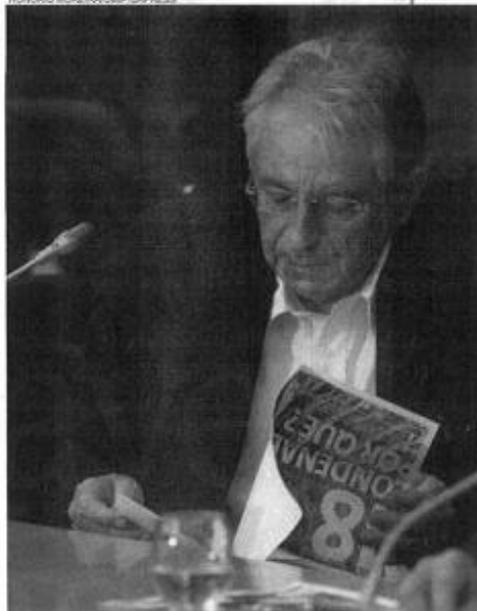
HONÓRIO MOREIRA/IMP/IMPRESS



"Existem muitas hipóteses. Todas elas levantadas por diferentes depoentes nos dois dias. Algumas cabíveis e outras nem tanto, como é o caso do que dizem ter sido um massacre de estupradores"

FERNANDO GABEIRA,
deputado federal (PV-RJ)

HONÓRIO MOREIRA/IMP/IMPRESS



Processo nº 8156420098100054

Ação Monitória

Requerente: Banco do Nordeste do Brasil

Requerido: Dismed Distribuidora de Medicamentos Ltda

EDITAL DE CITAÇÃO

O Juiz Ferdinando Marco Gomes Serejo Sousa titular da 2ª Vara, resp. pela 1ª Vara e registro público desta Comarca de Presidente Dutra, Estado do Maranhão, na forma da lei, etc,

Faz saber ao representante legal da empresa devedora, Dismed Distribuidora de Medicamento Ltda., na pessoa de seu representante legal, José Carlos de França, brasileiro, solteiro, empresário portador do CPF nº 602.181.653-77, RG nº 0332604020070 SS/MA, e Suenia Pereira Martins, brasileira solteira, empresária, portadora do CPF nº 602.138.853-44 e RG nº 332169320070 SS/MA, ambos na qualidade de fiadores, residentes na Rua Celson Sereno, nº 01, Centro, Presidente Dutra/MA, atualmente estando em lugar incerto e não sabido, que neste Juízo da 1ª Vara desta Comarca tramita contra sua pessoa Ação Monitoria no valor inicial de R\$ 29.189,23 (vinte e nove mil, cento e sessenta e nove reais e vinte e três centavos), conforme inicial, para conhecimento do interessado bem como efetue o pagamento acrescido de juros, correção monetária e demais cominações legais, no prazo de 05 {cinco} dias ou nomei (em) bens à penhora tantos quantos bastem para garantir a execução. Dado e passado o presente nesta cidade e Comarca de Presidente Dutra, Estado do Maranhão, aos 14 (quatorze) dias do mês de junho do ano da 2010 (dois mil e dez). Eu, _____, Flávio Henrique Cardoso de Matos, Secretário Judicial da 1ª Vara, conferi e subscrevi.

Juiz Ferdinando Marco Gomes Serejo Sousa
Titular da 2ª Vara resp. p/1ª Vara desta Comarca

Suspeita de fraudes leva corregedor a autorizar correição em cartórios do MA

A suspeita de fraude gigantesca em registros civis, registros de imóveis e outros documentos cartorários vai desencadear atos de correição extraordinária em serventias extrajudiciais de pelo menos dez municípios, da Baixada ao Sul do Estado. O trabalho da força-tarefa foi autorizado pelo corregedor-geral da Justiça, Antonio Guerreiro Júnior, que pediu ajuda da Polícia Federal e seus agentes para acompanhamento e suporte operacional a técnicos da Corregedoria. PÁGINA 4

Suspeita de fraudes leva corregedor a autorizar correição em cartórios

A suspeita de fraude gigantesca em registros civis, registros de imóveis e outros documentos cartorários vai desencadear atos de correição extraordinária em serventias extrajudiciais de pelo menos dez municípios, da Baixada ao Sul do Estado. O trabalho da força-tarefa foi autorizado pelo corregedor-geral da Justiça, Antonio Guerreiro Júnior, que pediu ajuda da Polícia Federal e seus agentes para acompanhamento e suporte operacional a técnicos da Corregedoria.

Por medida de segurança, não serão divulgados o início da investigação e as serventias fiscalizadas. É certo que a correição alcançará os cartórios de Montes Altos, Anapurus e Brejo. Em Montes Altos, a juíza Ana Lucrecia Bezerra Reis Sodré afastou o titular do cartório,

Antônio Gomes de Souza Neto, por irregularidades. A medida foi sequenciada pela abertura de Processo Administrativo Disciplinar.

Correição naquele cartório, em outubro, detectou registros imobiliários indevidos, livros sem lançamentos e outros sem a assinatura dos responsáveis pelos registros lançados. A lista de desvios é enorme. Ana Lucrecia solicitou ao corregedor inspeção mais apurada na serventia extrajudicial. O Ministério Público estadual está ciente dos fatos. "Nos cartórios a serem investigados há fortes indícios de que o esquema de documentos falsos nos cartórios possa ter gerado enriquecimento ilícito a partir de aposentadorias fictícias conseguidas junto ao INSS", comentou Guerreiro Júnior.

■ Casa da Justiça Universitária

Uma parceria entre o Tribunal de Justiça e a Ufma vai permitir a implantação da Casa da Justiça Universitária. A ordem de execução da obra foi assinada, ontem, no campus do Bacanga, pelo reitor Natalino Salgado e pelo desembargador Lourival Se-rejo (representando o presidente do TJMA, Jamil Gedeon).

De acordo com o projeto, a unidade ocupará uma área de aproximadamente 2.200m², onde serão abrigadas cinco varas cíveis, cinco criminais, salas de conciliação, protocolo descentralizado, terminais de consultas processuais on-line, biblioteca, auditórios, além de espaços para o Ministério Público, Defensoria Pública, Ordem dos Advogados do Brasil e estacionamento.

O protocolo de intenções do projeto foi assinado em janeiro de 2008, durante a gestão do então presidente do Tribunal, desembargador Raimundo Cutrim.

Moradores do Itaquí- Bacanga terão Casa da Justiça na Ufma

PÁGINA 5

Moradores do Itaqui-Bacanga terão Casa da Justiça na Ufma

POR JULLY CAMILO

Foi lançada ontem pela manhã, no campus da Universidade Federal do Maranhão (Ufma), no Bacanga, a pedra fundamental Casa da Justiça Universitária, que dará assistência jurídica à comunidade carente da área Itaqui-Bacanga.

A ordem de execução da obra - financiada com recursos federais - foi assinada pelo reitor da Ufma, Natalino Salgado Filho.

A iniciativa do projeto, que vem sendo estudado desde janeiro de 2008, foi da Ufma em parceria com o Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA).

O objetivo do projeto é envolver os estudantes do curso de Direito da universidade a atuar em favor da comunidade carente da área no entorno do campus.

Para o reitor Natalino Salgado, o projeto é de grande relevância social e tem como aspiração

não só fortalecer o curso de Direito, como também atender a comunidade com atividades multidisciplinares.

"Boa parte da comunidade da área Itaqui-Bacanga não tem acesso aos serviços judiciais. A Casa da Justiça Universitária oferecerá suporte para varas ou juizados cíveis e criminais e serviços de emissão de documentos", declarou Salgado.

A obra será executada pela empresa Soluções Construções Ltda. O valor inicial do projeto é de pouco mais de R\$ 1 milhão, com prazo de execução de oito meses.

Conforme relatou o reitor Natalino Salgado, o início das atividades da Casa da Justiça está previsto para daqui a um ano.

No local, haverá salas de conciliação, juizados cível e criminal, Ministério e Defensoria públicos, protocolo descentralizado, OAB-MA e terminais de consultas processuais on-line.

❖❖ O Poder Judiciário instalou ontem (19), a comarca de Olin-da Nova do Maranhão, que era termo judiciário de Matinha e foi desmembrada, passando a contar com a presença de um juiz de di-reito para solucionar os conflitos locais entre seus moradores. Na próxima semana, o Tribunal de Justiça publica o edital que resultará na escolha do juiz que irá responder pela nova jurisdição.

■ Notícia mantida

A Justiça maranhense garantiu ao portal Universo Online S/A (UOL) o direito de manter em seu arquivo matéria jornalística publicada em junho de 2003, noticiando a prisão de uma pessoa acusada de estelionato.

A decisão da 3ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça (TJMA), na sessão desta quinta-feira, 18, revoga a do juízo da 1ª Vara da Comarca de São José de Ribamar.

Decisões em dez laudas

A limitação das decisões judiciais (*lato sensu*) a máximo de dez laudas – incluindo petições, sentenças e acórdãos – é o teor principal de proposta do desembargador Marcelo Carvalho Silva para trazer nova dinâmica à magistratura estadual de 1º e 2º grau.

A ideia tem por foco adequar as manifestações dos que intervem no processo a documento que não se estenda além do necessário e razoável, e está detalhada em projeto a ser apresentado ao Tribunal de Justiça, na próxima sessão plenária administrativa, comunica o magistrado em ofício aos desembargadores Jamil Gedeon e Antonio Guerreiro Júnior, respectivamente, presidente do TJMA e corregedor-geral da Justiça.

“O modelo é assimilado de iniciativa em uso no Judiciário do Rio Grande do Sul, contudo recebeu versão local mais abrangente”, diz o autor.

Enquanto o Judiciário daquele estado obedece à fórmula P-10, S-10, PM-10 e A-10 (o que significa que a petição inicial ou recursal, a sentença, o parecer do Ministério Público e o acórdão devem resumir-se a documento com máximo de dez laudas), o projeto de Marcelo Carvalho Silva estende a meta a acórdãos e pareceres ministeriais.

“O limite de laudas mostra-se suficiente para comportar todo o que realmente importa ao que irá se expor, seja pela parte, juiz, Tribunal ou Ministério Público”, justifica o desembargador.

❖❖ A presidente em exercício da OAB/MA, Valéria Lauande, protocolou, ontem, no Tribunal de Justiça, um requerimento, solicitando uma série de providências com objetivo de assegurar aos advogados o peticionamento eletrônico nos referidos órgãos.

*TJMA convoca
classificados em
concurso para
audiência pública*

PÁGINA 4

TJMA convoca classificados em concurso para audiência pública

O Tribunal de Justiça realizou, quinta-feira, no Quality Grand São Luís Hotel, a quarta audiência pública com os candidatos classificados no concurso realizado em 2009 para os cargos de Analista Judiciário, Técnico Judiciário, Auxiliar Judiciário, Oficiais de Justiça e Comissário de Justiça da Infância e Juventude.

Durante a audiência, os participantes escolheram a comarca de lotação, conforme a ordem de classificação no concurso. Foram disponibilizadas 94 vagas em várias comarcas do Estado.

Os cargos preenchidos foram: analista judiciário em Codó (2); Imperatriz (1) e Pedreiras (1). Oficial de Justiça Morros (1), Presidente Dutra (1), Alcântara (1), Imperatriz (1), São João Batista (1), Arari (1), Itinga do Mara-

nhão (1), Mirinzal (1), Penalva (1), Bacuri (1), Pedreiras (1) e Igarapé Grande (1);

Técnico Judiciário - Foram preenchidas vagas nas comarcas de Pedreiras (3), Olinda Nova (3), Monção (2) Santa Inês (1), Pinheiro (1), Pindaré-Mirim (1), Santa Helena (1), Imperatriz (1), Vitorino Freire (1), Dom Pedro (1), Codó (1), Cândido Mendes (1), Brejo (1), Coelho Neto (1) e Zé Doca (1);

Auxiliar Judiciário foram preenchidas vaga para as Comarcas de Olinda Nova (1), Monção (1), Açailândia (1), Santa Luzia do Paruá (1), Santa Luzia (1), Bacuri (1), Colinas (1), Cândido Mendes (1), Estreito (1) e Balsas (1); e no cargo de Comissário de Justiça da Infância e Juventude duas vagas para a Comarca de Bacabal e uma para a de Imperatriz.

Polícia Civil de Codó prende três traficantes da região

Uma operação da Polícia Civil de Codó, realizada na manhã de ontem, resultou na prisão de três traficantes daquela região. Sendo eles, Leide Diane da Silva, 30 anos; José Vieira, 25 anos e Paulo Vitor da Silva dos Santos, 21 anos.

Segundo informações do delegado titular da Delegacia Regional de Codó, Rômulo Vasconcelos, o bando

foi preso em flagrante, portando 52 papélotes de crack; 13 papélotes de maconha e um revólver calibre 38 nos bairros Codó Novo e Trizidela, onde os mesmos mantêm residência fixa.

Leide, José e Paulo foram autuados em flagrante pelos crimes de tráfico ilícito de entorpecentes. Ambos ficarão detidos na Delegacia Regional de Codó à disposição da justiça.

Editorial

Mistério no caldeirão do inferno

A carnificina de Pedrinhas trouxe ao Maranhão uma comitiva de parlamentares federais que vai levar as piores impressões sobre a Segurança Pública do Estado. Um dos deputados, antes mesmo de partir, disse que, em se tratando de Sistema Penitenciário, o Maranhão é o pior caso que pode examinar. Mas há fatos mais graves que este.

O deputado Domingos Dutra é o relator da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara Federal, e a ele coube a iniciativa de querer analisar as causas do mais violento motim de presos da história do Maranhão. Não há, entretanto, nada mais misterioso. Até o nível extremo de violência suplanta o que se poderia esperar, pois aqui as organizações criminosas são tímidas em todos os aspectos se comparadas com organizações de outros Estados, como Comando Vermelho e Primeiro Comando da Capital.

As causas da rebelião, segundo o secretário de Segurança, Aluizio Mendes, seriam externas; ou seja, foram comandadas de fora do presídio. Ele afirma isso, mas não cita nomes, nem sequer adianta o que de fato origina essa certeza. Só lembra que as armas que decapitaram pessoas não surgiram do nada no presídio, e avalia que as reivindicações do motim não sustentam razões para a explosão de sangue que ali ocorreu. O resto corre em segredo de Justiça e em segredo deve permanecer por muito tempo.

Também o presidente da Comissão de Direitos Humanos da OAB, Luis Antônio Pedrosa, e a própria Procuradora Geral de Justiça, Fátima Travassos, sustentam esta tese, sendo que esta última chegou a afirmar que estão querendo desestabilizar o Sistema Estadual de Segurança. Todas essas declarações são bombásticas e assustadoras. Sugerem que existem pessoas conspirando contra a segurança do Maranhão. E todo mundo trata isso como se fosse a coisa mais normal do mundo. Não é.

O motim produziu a chacina de dezoito pessoas que estavam sob custódia do Estado que imediatamente seria responsabilizado criminalmente se este fosse um país sério. Por outro lado, se alguém se dispôs ao risco de ocasionar o assassinato de tanta gente deve ter tido motivos que desafiam a lógica da luta pelo poder. A sociedade merece uma satisfação imediata do que de fato está acontecendo. A aura de mistério criada em torno do assunto só aumenta o pânico da população, subjugada ao fato de que se existem pessoas ou grupos organizados com poder e coragem bastante para atentar contra o próprio Sistema Estadual de Segurança, nós estamos no fim do mundo. Ninguém está seguro, nem mesmo os governantes.

As providências de instaurar três inquéritos, um que investiga três assassinatos em Pedrinhas, outro que investiga 15 assassinatos no Presídio São Luís e um terceiro que busca as causas da rebelião, são válidas e imprescindíveis. Mas um caso que revela a coação do próprio Estado por trás de uma carnificina sem precedentes na história não tem que ser tratado em segredo de Justiça. A sociedade precisa e tem o direito de saber o que de fato está acontecendo.

COMISSÃO DA OEA PEDE INVESTIGAÇÃO SOBRE MORTE DE PRESOS NO MA E AM

Secretário Aluísio Mendes reafirma que rebelião foi atípica

A Comissão Interamericana de Direitos Humanos, órgão vinculado à OEA (Organização dos Estados Americanos), divulgou comunicado na quinta-feira em que expressa “profunda preocupação pela morte de ao menos 21 pessoas, resultado de atos de violência ocorridos em dois centros penitenciários do Brasil” (Maranhão e Amazonas). A CIDH insta ao Estado investigar com devida diligên-

cia os atos de violência ocorridos, especialmente as mortes, com o fito de esclarecer as causas, individualizar os responsáveis e impor as sanções legais correspondentes. Em audiência pública na Assembleia Legislativa com a Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara Federal, o secretário de Segurança, Aluísio Mendes, reforçou a tese de um motim atípico.

PÁGINAS 5, 13 e ÚLTIMA

GERALDO FURTADO E HANDSON CH: GAS



O secretário Aluísio Mendes respondeu aos questionamentos dos deputados

Comissão da OEA pede investigação sobre mortes de presos no MA e no AM

A Comissão Interamericana de Direitos Humanos, órgão vinculado à OEA (Organização dos Estados Americanos), divulgou comunicado na quinta-feira em que expressa "profunda preocupação pela morte de ao menos 21 pessoas, resultado de atos de violência ocorridos em dois centros penitenciários do Brasil".

As mortes ocorreram em rebeliões em São Luís (Maranhão) - onde 18 presos morreram entre os dias 8 e 9 de novembro no complexo penitenciário de Pedrinhas - e Manaus (Amazonas) - onde outros três detentos morreram no dia 10.

"Em ambos os casos, os internos fizeram reféns como medida de pressão às autoridades", relatou a comissão.

A comissão afirma que o Estado brasileiro está "em posição de garantidor frente às pessoas privadas da liberdade e que, como tal, tem o dever irrenunciável de garantir os direitos à vida e à integridade pessoal dos indivíduos sobre os quais exerce custódia".

O comunicado afirma ser necessária a adoção de medidas concretas para prevenir atos de violência nos presídios. "Entre estas medidas, estão, por exemplo, o estabelecimento de mecanismos de alerta imediato para evitar crises ou emergência e reduzir os níveis de superpopulação que geram situações de tensão e enfrentamentos entre internos, por espaço e serviços disponíveis."

"A CIDH insta ao Estado investigar com devida diligência os atos de violência ocorridos, especialmente as mortes, com o fito de esclarecer as causas, individualizar os responsáveis e impor as sanções legais correspondentes. Esta ação é fundamental para evitar a repetição de atos de violência similares." (Folha Online)



Corpos amontoados de presos assassinados em Pedrinhas

Maior motim de presos do Maranhão deixou 18 mortos

POR OSWALDO VIVIANI

A recente rebelião de presos no complexo penitenciário de Pedrinhas - a maior já ocorrida no Maranhão - começou às 9h do dia 8 e só terminou 27 horas depois, às 12h do dia 9. Quinze detentos foram assassinados pelos rivais no anexo do Presídio São Luís (considerado de segurança máxima) e três na Penitenciária de Pedrinhas - unidades do complexo. Três dos mortos tiveram as cabeças cortadas. Todas as vítimas foram assassinadas a golpes de "chuço" (arma branca artesanal). O preso que foi menos atingido recebeu cerca de 60 "chuçadas", segundo o Instituto Médico Legal (IML) de São Luís.

Ao final da revolta nas duas unidades, foram libertados sem ferimentos os cinco reféns que eram mantidos pelos detentos rebelados - monitores da empresa terceirizada de segurança Auxílio: Ivo Wagner Mesquita Melo, Manoel da Costa de Jesus

Filho, Carlos Primo Vilar de Araújo, Daniel Pereira Rodrigues e José Wilter da Conceição Costa.

Outro monitor - Raimundo de Jesus Coelho - foi baleado no primeiro dia da rebelião. Ele permanece internado no Hospital São Domingos, em São Luís. Chegou a correr risco de morte, mas atualmente seu estado de saúde evoluiu bem.

No dia 10, vinte detentos que participaram do motim foram transferidos para o Presídio Federal de Campo Grande - penitenciária de segurança máxima localizada no Mato Grosso do Sul. Entre os transferidos, seguiram para Campo Grande os três homens apontados como os líderes da revolta: Rony Lopes da Silva, o "Rony Boy"; Marinaldo Assunção Roxo, o "Serequinha"; e Nilson da Silva Sousa, o "Diferente".

No último sábado (13), a polícia prendeu o agente administrativo Jorge Henrique Rabelo Pereira, de 48 anos. Há dez anos

trabalhando no Sistema Prisional do Maranhão, Jorge é apontado como o responsável por fornecer aos presos dois dos revólveres usados durante a rebelião. Ele teria vendido as armas aos detentos a R\$ 1 mil cada uma. Também teria fornecido aos presos um celular, por R\$ 300.

Na quinta-feira (18), um grupo de deputados federais, integrantes da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara, chegou ao Maranhão e foi a Pedrinhas ouvir os detentos.



Monitores recolhem as cabeças de dois presos

MP entrega à comissão de deputados relatório sobre rebelião em Pedrinhas

O promotor de Justiça José Cláudio Cabral Marques, assessor da procuradora-geral de Justiça, entregou ontem o relatório sobre a rebelião ocorrida no Presídio de Segurança Máxima de Pedrinhas à comissão de deputados federais, que veio a São Luís investigar o caso. O motim aconteceu nos dias 8 e 9 de novembro e resultou na morte de 18 detentos. A comissão reúne os parlamentares Domingos Dutra (PT-MA), Geraldo Thadeu (PPS-MG), Dr. Talmir (PV-SP) e Fernando Gabeira (PV-RJ).

Representante do Ministério Público no Grupo de Monitoramento do Sistema Carcerário, e, durante o episódio, coordenador do Gabinete de Gerenciamento de Crises, Cabral relatou aos parlamentares detalhes das negociações mantidas com os detentos para a libertação dos reféns e os fatos presenciados pelas autoridades no Complexo Penitenciário de Pedrinhas.

O encontro aconteceu no gabinete do Comando-geral da Polícia Militar, no Calhau, onde seriam ouvidos quatro presos que participaram da rebelião. Os deputados federais, além da deputada estadual Eliziane Gama (PPS-MA), representante da Assembleia Legislativa, quiseram saber do membro do Ministério Público como a instituição tem acompanhado as condições de funcionamento do Complexo Penitenciário.

Domingos Dutra questionou se o MP faz visitas constantes ao local para conhecer de perto essa realidade. José Cláudio Cabral afirmou que é comum a ida dos promotores de Justiça da área criminal ao complexo e acrescentou que, no relatório entregue à comissão, constam inclusive proposições para solucionar os principais

problemas verificados no sistema carcerário do Maranhão. Além disso, informou que, por iniciativa da procuradora-geral de Justiça, Maria de Fátima Rodrigues Travassos Cordeiro, já foi encaminhado ao Colégio de Procuradores de Justiça a proposta de criação de mais duas vagas para promotores de Execução Penal.

Tais sugestões, segundo Cabral, foram elaboradas a partir de uma série de pesquisas e levantamentos realizados pelo Projeto de Diagnóstico Organizacional do Sistema Carcerário do Estado do Maranhão.

Relatório – Entre outros pontos, o relatório detalha a criação do Gabinete de Gerenciamento de Crises, proposto pelo Ministério Público e instalado para coordenar e organizar as ações que passariam a ser desenvolvidas para o fim da rebelião. Integraram o grupo o juiz Jamil Aguiar, representantes da Secretaria de Segurança Pública (SSP), Defensoria Pública, Comissão de Direitos Humanos da OAB e Sociedade Maranhense de Direitos Humanos. Do MPMA, participaram os promotores de Justiça Cláudio Cabral, Willer Siqueira, Jorge Avelar e Luiz Muniz (Grupo Estadual de Combate às Organizações Criminosas – GCOC).

O documento assinala que o MP, além da rebelião, acompanhou de perto o retorno dos presos às celas e a perícia realizada pelo Instituto Médico Legal (IML) nos corpos. Também informa o resultado de inspeção feita no presídio, por designação da procuradora-geral de Justiça, na quarta-feira, 10, um dia após o fim do motim.

Entre as propostas de melhorias no sistema carcerário apresentadas pelo MPMA no docu-

mento, estão a aceleração do processo de regionalização dos presídios e a implementação imediata da Resolução que redefine atribuições dos promotores, na qual está prevista a criação de mais duas Promotorias de Justiça para atuar junto aos feitos da Vara de Execução Criminal.



José Cláudio Cabral Marques conversa com deputados ao entregar relatório

DURANTE AUDIÊNCIA

Secretário Aluísio Mendes reafirma que rebelião em Pedrinhas foi atípica

Em prosseguimento à visita da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara Federal a São Luís, foi realizada na quinta-feira, 18, uma audiência pública na Assembleia Legislativa, a fim de apurar os motivos que levaram a rebelião e morte de 18 detentos no Complexo Penitenciário de Pedrinhas. O secretário estadual de Segurança Pública, Aluísio Mendes, participou da audiência.

A comissão da Câmara dos Deputados é formada pelos deputados Domingos Dutra (PT-MA), Fernando Gabeira (PV-RJ), Geraldo Thadeu (PPS-MG) e Dr. Talmir Rodrigues (PV-SP).

Aluísio falou aos deputados e reforçou a tese de um motim atípico. "Era uma unidade nova, não havia superlotação, não faltava água há uma semana e não foi apresentada nenhuma pauta de reivindicação. Portanto, nada justifica as barbaridades, a carnificina cometidas no presídio de São Luís", explicou Mendes.

De acordo com explicação do secretário, a motivação externa se deve ao fato de os presos estarem armados com revólveres no momento da rebelião. "Aqueles armas não foram fabricadas ali, alguém inseriu aquelas armas no presídio. Uma das interferências externas foi essa; assim como a queima sucessiva (11 vezes em 40 dias) de uma bomba de água. Todos os fatos estão sendo investigados", completou.

A secretaria anunciou no último sábado a prisão de um agente penitenciário acusado de fornecer uma arma aos presidiários. Ao todo, foram instaurados três inquéritos policiais: para apuração da entrada das armas no presídio, as 15 mortes ocorridas no presídio de São Luís e os três assassinados cometidos em Pedrinhas.

Aluísio Mendes ressaltou que a governadora Roseana Sarney já autorizou a realização de concurso público para agente penitenciário (200 vagas – 600 vagas em três anos) e da construção de cinco unidades prisionais no interior do estado.

NÃO TIRA PORQUÊ?

O tribunal de Justiça do Maranhão já puniu o juiz Thales Ribeiro de Andrade duas vezes. Tudo pena leve. Agora o meritíssimo está sendo julgado mais uma vez. Agora é acusado de mandar apreender medicamentos em uma farmácia e depois, através de preposto, vender o mesmo medicamento para a mesma farmácia. Num país sério estava fora do judiciário há muito tempo. São juízes desse naipe que condena jornal por fazer comentários sobre gestores corruptos, mesmo que esteja completamente com a razão. E estabelece multa com gosto de gás.

Secretário insiste em atipicidade na barbárie

Em prosseguimento a visita da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara Federal à São Luís, foi realizada na quinta-feira, 18, uma audiência pública na Assembléia Legislativa, a fim de apurar os motivos que levaram a rebelião e morte de 18 detentos no Complexo Penitenciário de Pedrinhas. O secretário estadual de Segurança Pública, Alúcio Mendes, participou da audiência.

A comissão da Câmara dos Deputados é formada pelos deputados Domingos Dutra (PT-MA), Fernando Gabeira (PV-RJ), Geraldo Thadeu (PPS-MG) e Dr. Talmir Rodrigues (PV-SP).

O secretário de Segurança Pública, Alúcio Mendes, falou aos deputados e reforçou a tese de um motim atípico. “Era uma unidade nova, não havia superlotação, não faltava água havia uma semana e não foi apresentada nenhuma pauta de reivindicação. Portanto, nada justifica as barbaridades, a carnificina cometidas no presídio de São Luís”, explicou Alúcio Mendes.

ARMAMENTO

De acordo com explicação do secretário aos parlamentares, a motivação externa se deve ao fato de os presos estarem armados com revólveres no momento da rebelião. “Aqueles armas não foram fabricadas ali, alguém inseriu aquelas armas no presídio. Uma das interfe-

rências externas foi essa; assim como a queima sucessiva (11 vezes em 40 dias) de uma bomba de água. Todos os fatos estão sendo investigados”, completou.

A Secretaria anunciou no último sábado a prisão de um agente penitenciário acusado de fornecer uma arma aos presidiários. Ao todo, foram instaurados três inquéritos policiais: para apuração da entrada das armas no presídio, as 15 mortes ocorridas no presídio de São Luís e os três assassinados cometidos em Pedrinhas.

Alúcio Mendes ressaltou que a governadora Roseana Sarney já autorizou a realização de concurso público para agente penitenciário (200 vagas - 600 vagas em três anos) e da construção de cinco unidades prisionais no interior do estado.

“Quando ocorrem fatos como o que aconteceu aqui no sentimos responsabilizados para ouvir e encaminhar, de maneira possível, soluções não somente para São Luís, para o Maranhão, mas para todo o sistema carcerário do país”, destacou o presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara Federal, deputado Talmir Rodrigues.

Entre os presentes a audiência pública, representantes do Poder Judiciário, Legislativo, membros da Comissão Pastoral Carcerária, representantes de direitos humanos, da OAB e familiares de detentos.



Promotor José Cláudio Marques fez um relato da ação do Ministério Público durante a rebelião aos deputados federais

MP entrega relatório da rebelião em Pedrinhas

Durante encontro no gabinete do comando-geral da Polícia Militar do Maranhão, no bairro do Calhau, em São Luís, o promotor de Justiça, José Cláudio Cabral Marques, entregou relatório sobre a rebelião ocorrida no Complexo Penitenciário de Pedrinhas onde foram exe-

cutadas 18 presos, aos deputados que integram a Comissão de Direitos humanos da Câmara Federal. No relatório do Ministério Público do Maranhão detalha a criação do Gabinete de Gerenciamento de Crises instalado para por fim a rebelião. **Página-3**

MP entrega relatório sobre rebelião para os deputados

Por José Luís Diniz
(CCOM-MPMA)

O promotor de Justiça José Cláudio Cabral Marques, assessor da procuradora-geral de Justiça, entregou ontem, 19, durante encontro em São Luís, relatório sobre a rebelião ocorrida no Presídio de Segurança Máxima de Pedrinhas à comissão de deputados federais, que veio a São Luís investigar o caso. O motim aconteceu nos dias 8 e 9 de novembro e resultou na morte de 18 detentos. A comissão reúne os parlamentares Domingos Dutra (PT-MA), Geraldo Thadeu (PPS-MG), Dr. Talmir (PV-SP) e Fernando Gabeira (PV-RJ).

Representante do Ministério Público no Grupo de Monitoramento do Sistema Carcerário, e, durante o episódio, coordenador do Gabinete de Gerenciamento de Crises, Cabral relatou aos parlamentares detalhes das negociações mantidas com os detentos para a libertação dos reféns e os fatos presenciados pelas autoridades no Complexo Penitenciário de Pedrinhas.

OUVINDO PRESOS

O encontro aconteceu no gabinete do Comando-geral da Polícia Militar, no Calhau, onde seriam ouvidos quatro presos que participaram da rebelião. Os deputados federais, além da deputada estadual Eliziane Gama (PPS-

MA), representante da Assembleia Legislativa, quiseram saber do membro do Ministério Público como a instituição tem acompanhado as condições de funcionamento do Complexo Penitenciário.

Domingos Dutra questionou se o MP faz visitas constantes ao local para conhecer de perto essa realidade. José Cláudio Cabral afirmou que é comum a ida dos promotores de Justiça da área criminal ao complexo e acrescentou que, no relatório entregue à comissão, constam inclusive proposições para solucionar os principais problemas verificados no sistema carcerário do Maranhão. Além disso, informou que, por iniciativa da procuradora-geral de Justiça, Maria de Fátima Rodrigues Travassos Cordeiro, já foi encaminhado ao Colégio de Procuradores de Justiça a proposta de criação de mais duas vagas para promotores de Execução Penal.

Tais sugestões, segundo Cabral, foram elaboradas a partir de uma série de pesquisas e levantamentos realizados pelo Projeto de Diagnóstico Organizacional do Sistema Carcerário do Estado do Maranhão.

GABINETE

Entre outros pontos, o relatório detalha a criação do Gabinete de Gerenciamento de Crises, pro-

posto pelo Ministério Público e instalado para coordenar e organizar as ações que passariam a ser desenvolvidas para o fim da rebelião. Integraram o grupo o juiz Jamil Aguiar, representantes da Secretaria de Segurança Pública (SSP), Defensoria Pública, Comissão de Direitos Humanos da OAB e Sociedade Maranhense de Direitos Humanos. Do MPMA, participaram os promotores de Justiça Cláudio Cabral, Willer Siqueira, Jorge Avelar e Luiz Muniz (Grupo Estadual de Combate às Organizações Criminosas - GCOC).

O documento assinala que o MP, além da rebelião, acompanhou de perto o retorno dos presos às celas e a perícia realizada pelo Instituto Médico Legal (IML) nos corpos. Também informa o resultado de inspeção feita no presídio, por designação da procuradora-geral de Justiça, na quarta-feira, 10, um dia após o fim do motim.

Entre as propostas de melhorias no sistema carcerário apresentadas pelo MPMA no documento, estão a aceleração do processo de regionalização dos presídios e a implementação imediata da Resolução que redefine atribuições dos promotores, na qual está prevista a criação de mais duas Promotorias de Justiça para atuar junto aos feitos da Vara de Execução Criminal.

Francisco Colombo



Promotor José Cláudio fez um relato da atuação do MP para os deputados